

**Política**  
CONSTITUIÇÃO

O governo não se dá por vencido e o consultor-geral Saulo Ramos já está preparando alguns pareceres sobre o novo texto constitucional. Para o Congresso, sobra uma árdua tarefa.

# Agora, a guerra surda entre dois poderes.

A partir de hoje começa a guerra surda entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional para incluir na legislação complementar o que não foi possível incluir na nova Constituição. "Será um período fértil", segundo o consultor-geral da República, Saulo Ramos, que já a partir de amanhã começa a publicar no **Diário Oficial da União** uma série de pareceres normatizando a conduta do Executivo diante da nova ordem constitucional.

O primeiro deles será para torpedear o tabelamento dos juros bancários em 12%, que no entender do consultor não é auto-aplicável enquanto não for editada uma lei específica regulamentando-o. Com esse parecer, Saulo Ramos vai entrar em guerra aberta com muitos juristas, entre os quais Miguel Reali Jr., cuja interpretação é de que a medida deveria entrar em vigor imediatamente. No dia 11, o consultor emitirá outro parecer para evitar que o Serviço Nacional de Informações (SNI) seja obrigado a abrir seu fichário secreto por força do instituto do habeas-data, previsto na nova Constituição. A medida transformou-se em verdadeiro pesadelo para a comunidade de informações do governo.

A chuva de decretos que antecedeu a promulgação da nova Constituição, segundo explicação oficial do governo, foi para adaptar o Executivo às normas legais vigentes, embora muitos deles se tenham revestido de características meramente políticas. Em um mês, mais de cem decretos de concessões de rádios e canais de televisão demonstravam claramente que o presidente Sarney estava evitando o confronto com o artigo constitucional que faz com que as concessões passem pelo crivo do Congresso Nacional.

As gavetas dos assessores jurídicos do presidente amanheceram vazias ontem, mas sobre a mesa de Saulo Ramos está uma pilha de consultas que pouco a pouco irão se transformando em pareceres. Além disso, uma dúzia de projetos de lei, que pela Constituição devem ser de iniciativa do Executivo, estão no "forno" do Planalto, prontos para iniciar o ano legislativo de 1989 recendendo as polêmicas entre o presidente da República e os constituintes.

**Decretos urgentes**

Com a vigência da nova Constituição, o Congresso Nacional terá que examinar, até o dia 5 de novembro, cerca de uma dezena de decretos-leis assinados pelo presidente Sarney entre o dia 3 de setembro e 4 de outubro. Caso contrário, esses documentos perderão a validade. "Estão dando uma importância exagerada a este fato", disse ontem o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, acrescentando que os decretos-leis editados nesse período passam a ter o mesmo tratamento das Medidas Provisórias com Força de Lei previstas no texto atual.

O fato é que os decretos-leis assinados por Sarney entre 3 de setembro e 4 de outubro, assim como as medidas provisórias, têm o prazo de 30 dias para serem examinados pelo Congresso. O tempo dos decretos-leis, contudo, começa a contar a partir de hoje. Desse modo, se no dia 5 de novembro o Congresso Nacional não tiver apreciado, por exemplo, o decreto-lei que o presidente assinou na segunda-feira, concedendo a redução de 80% do imposto de importação incidente sobre peças, componentes, acessórios e sobressalentes para máquinas, equipamentos e instrumentos importados, desde que se destinem a empresas de televisão e de radiodifusão, esse documento deixará de ter qualquer valor, ou seja, acaba o benefício para as importações a partir dessa data.

O Congresso Nacional também tem que examinar, entre outros, o decreto-lei que o presidente assinou dois dias antes da promulgação da Carta permitindo a todo estrangeiro que se encontra em situação ilegal no País, desde que tenha ingressado no Brasil até 1º de julho passado, requerer o registro de permanência provisório. Entre os últimos decretos-leis, assinados no dia 3, também está o que repassa do Fundo da Marinha Mercante ao orçamento geral da União recursos no total de Cz\$ 125 bilhões, originários da parcela do produto da arrecadação do Fundo Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante.



Executivo e Legislativo, agora, terão que conviver com as novas regras do jogo.

## O líder dos tucanos reage aos últimos decretos presidenciais

O líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, apresentará hoje projeto de decreto legislativo visando sustar a vigência do decreto administrativo do presidente Sarney de 28 de setembro, que transformou a secretariageral do extinto Conselho de Segurança Nacional em secretaria de assessoramento do Conselho de Defesa Nacional. Fernando Henrique é o primeiro parlamentar a adotar medida prática em relação às dezenas de decretos administrativos que o presidente Sarney e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, baixaram nas duas últimas semanas alterando estrutura de ministérios e órgãos governamentais, mudando atribuições e até mesmo fazendo nomeações, agora proibidas pela Constituição, que as admite apenas através de concurso público.

Segundo ampla justificativa que acompanha o projeto de decreto legislativo — de apenas três artigos — a medida do presidente Sarney com relação ao extinto Conselho de Segurança Nacional "chega às raias do inimaginável". O senador chama a atenção para o fato de que o decreto administrativo n.º 96.814, de 28 de setembro, se reporta, ainda, a créditos extraordinários destinados ao CSN, agora substituído pelo Conselho de Defesa Nacional.



Fernando Henrique Cardoso

O grande número de decretos administrativos publicados nos últimos dias no **Diário Oficial da União** encontrou forte reação dentro do Congresso Nacional, a maioria apontando para a ilegalidade dos atos do governo ou para uma solução visando a anulação das medidas.

Para Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), os atos governamentais "foram editados com o propósito claro de fraudar a nova Constituição, principalmente no que se refere às nomeações". O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos negociadores

da Constituinte, afirmou que "esse acodamento do governo em baixar medidas é no mínimo preocupante", acrescentando que o Congresso terá que examinar cada um dos decretos e revogar aqueles que ferem frontalmente a nova Constituição. Para o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) a enxurrada de decretos "é uma tentativa barata e rasteira de frustrar a aplicação da Constituição".

Já o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, acha normal não só o grande número de decretos administrativos como o que será objeto de tentativa de rejeição pelo projeto do senador Fernando Henrique Cardoso. Segundo Righi, o que o presidente objetivou com seu decreto foi manter em mãos da Presidência da República dados relativos ao Conselho de Segurança Nacional, que envolvem informações e contra-informações e espionagem, entre outros dados, que não podem vir a público através do Conselho de Defesa Nacional, que é um órgão público.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) reagiu com humor aos inúmeros decretos: "É o baile da Ilba Fiscal", disse ela, referindo-se ao baile dos monarquistas, na Ilba Fiscal, no Rio, na véspera da queda do regime e da proclamação da República.

## Ulysses reúne governadores para a discussão das dívidas

O deputado Ulysses Guimarães convocou ontem uma reunião para o próximo dia 13, quinta-feira, com os governadores que decidiram dizer não à decisão do governo federal de bancar a rolagem de apenas 75% das dívidas estaduais que vencem em 89. Os governadores querem elevar este percentual, contido no orçamento geral da União enviado para aprovação do Congresso, para pelo menos 90%.

A reunião foi convocada durante almoço com governadores do PMDB na residência do ex-ministro e atual coordenador geral da campanha de Ulysses à Presidência da República, Renato Archer. O presidente do PMDB voltou a manifestar-se favoravelmente ao pedido dos governadores, mas decidiu que a estratégia de ação final contra a decisão da União só deverá ser anunciada quando serenarem as celebrações em torno da nova Constituição. Ao almoço de ontem compareceram os governadores Orestes Quércia (SP), Moreira Franco (RJ), Newton Cardoso (MG), Pedro Simon (RS), Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE), Tasso Jereissati (CE) e Jerônimo Santana (RO).

Os governadores Waldir



Os governadores: rolagem de 90% das dívidas de seus Estados.

Pires, Moreira Franco e Pedro Simon foram unânimes em afirmar que Estados e Municípios ficarão "ingovernáveis" se forem forçados a pagar 25% de suas dívidas externas em 89. "É dever da União negociar o reescalonamento destas dívidas", disse o governador do Rio Grande do Sul. "Para os Estados e Municípios, os 25% deficitários no orçamento são insustentáveis", concluíram Waldir Pires e Moreira Franco.

Na reunião do dia 13, os governadores deverão aprofundar a discussão sobre o orçamento de 89 e a operação desmonte nele embutida. "A nova Constituição define a transferência de receitas da União para os Estados num prazo de cinco anos; o orçamento proposto pelo Executivo procura transferir os encargos correspondentes em apenas um ano", adiantou o governador baiano.

A Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Con-

gresso, presidida pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), será palco de choques não apenas entre União e Estados, mas também entre União e Congresso. Embora a Comissão pouco tenha avançado até agora na apreciação do orçamento, muitos de seus 60 integrantes (45 deputados e 15 senadores) já levantaram uma série de questões que prometem incomodar o Executivo. Uma delas diz respeito à dotação prevista para o gabinete da Presidência da República, Cz\$ 127 bilhões (em valores de junho), superior a de muitos ministérios. Outra foi a transformação do Conselho de Segurança Nacional, extinto pela nova Carta, em Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, um artifício que visa assegurar a manutenção dos recursos previstos para o CSN.

O cronograma da Comissão prevê o envio da proposta final de orçamento ao plenário do Congresso a partir de 10 de dezembro, para votação no dia 15. Até 14 de outubro serão apresentadas as emendas parlamentares; até 4 de novembro, os relatores de cada tema apresentarão pareceres ao relator-geral, que apresenta seu parecer até o dia 18.

## Os últimos 460 passageiros do trem

O Diário Oficial da União do último dia da Constituição de 1967 manteve uma velha tradição do antigo regime: em suas 182 páginas, o Poder Executivo festejou a chegada da nova Constituição, que proíbe contratações para o serviço público sem concurso, com a nomeação de 460 funcionários. A estrela do último "trem da alegria" no governo Sarney é o seu ex-porta-voz Frota Neto, contratado como "administrador" da Fundação Centro Brasileiro TV Educativa (Funtevê), presidida atualmente por ele próprio.



Frota Neto: também no trem.

Jornalista, Frota Neto já foi sub-secretário de Imprensa e secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, presidente da Radiobrás e da extinta EBN, onde ficou por apenas nove horas no cargo, por divergências com o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Está na presidência da Funtevê desde abril do ano passado e, quando assumiu, prometeu enxugar sua máquina administrativa que considerava inchada, com 4 mil funcionários.

Mas o ex-porta-voz não está sozinho. O diretor de Publicações do Departamento de Imprensa Nacional (DIN), Edson Garcia, conseguiu burlar até a Secretaria de Administração (Sedap), que o contratou para a Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcep). Ocorre que sua nomeação para a Fundação foi publicado no D.O. de terça-feira, três páginas antes de sua nomeação como supervisor de Publicações do DIN.

No mesmo dia, Edson Garcia abocanhou dois empregos públicos, o que é proibido em decreto-lei baixado pelo presidente Sarney, em abril, inspirado em sugestão do Sedap, que ficou com a tarefa de fiscalizar sua aplicação.

Mas a maior festa de ontem foi para as dezenove universidades federais brasileiras que foram au-

torizadas a contratar 313 funcionários, entre professores e pessoal de apoio administrativo. A Universidade Federal da Bahia conseguiu contratar 87 servidores, seguida pela Universidade Federal Fluminense, com 57 funcionários.

Além das nomeações e de conceder abono para o servidor público federal que participou das festividades do ano judaico e do Dia do Perdão, o D.O. publicou a mudança do quadro permanente de funcionários de sete ministérios: Exército, Interior, Saúde, Justiça, Fazenda, Ciência e Tecnologia e Planejamento. Isso representará a criação de um número indefinido de novos cargos na estrutura desses ministérios.

Foram reformulados, ainda, a Fundação Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e o Conselho Nacional de Informática e Automação, que retornou à órbita da Presidência da República (leia matéria na Economia). Ontem, o Ministério do Exército reconheceu mais 106 ex-combatentes, dando-lhes direito a aposentadoria especial.

## O protesto dos portuários de Santos

Portuários de Santos — e de todo o País — marcaram para a próxima terça-feira uma greve de 24 horas. Eles vão protestar contra os decretos federais que criaram recentemente um conselho de usuários (armadores, banqueiros e exportadores) para administrar, inicialmente, o porto santista. Luiz Braga, secretário do Sindicato dos Estivadores, disse ontem que se trata do primeiro passo para a privatização do setor e que "os portuários não aceitarão passivamente" a medida.

**I CONPSIC**

**I CONGRESSO DE PSICOLOGIA**

**Dias 3,4,5 e 6 de novembro de 1988.**  
Centro de Convenções Rebouças - São Paulo, SP.

**PSICOLOGIA**  
*Imagens*  
*Ações*

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6: REGIÃO**  
Informações e inscrições:  
**H2R Marketing&Promoção - Rua Pinheiros, 650 - São Paulo, SP.**  
Tels.: (011) 881-0088/280-0663/883-4988